

Entre a matrícula e o certificado: motivos de não conclusão e ações voltadas à permanência de alunos em curso Pronatec FIC

10.35819/scientiatec.v10i2.6435

Sandra Maria Glória da Silva¹

Carmen Sylvia Vidigal Moraes²

Resumo: Apresentam-se neste artigo motivos pelos quais 57% dos alunos matriculados em cursos Pronatec FIC em cinco *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), no período de 2012 a 2014, não concluíram os cursos, bem como ações implementadas por docentes e equipe pedagógica visando contribuir para a permanência dos estudantes. Os dados foram obtidos por meio do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec), de entrevistas realizadas com coordenadores, professores, supervisores pedagógicos, servidores municipais e egressos, além de consulta a 281 fichas de desligamento respondidas por alunos não concluintes. Os principais motivos alegados de não conclusão foram: “atraso no pagamento do auxílio financeiro”, “conseguiu emprego”, “não ter com quem deixar os filhos”, “transporte público precário ou inexistente”. As ações mais citadas, voltadas à permanência, foram: “rever ou ensinar conteúdos básicos”, “tornar as aulas mais práticas e próximas das vivências dos alunos”, “priorizar a dimensão formativa das avaliações”, “acompanhar a frequência dos alunos e contatá-los em caso de faltas consecutivas sem justificativas”. Considera-se que a não conclusão de curso pode ser evitada ou atenuada por meio de ações voltadas ao atendimento de especificidades dos alunos nos âmbitos pessoal, institucional e conjuntural.

Palavras-chave: Qualificação profissional; Educação de Jovens e Adultos; Evasão.

Abstract: This article presents the reasons why 57% of students enrolled in Pronatec FIC courses at five campuses of the Federal Institute of Education, Science and Technology of São Paulo (IFSP) from 2012 to 2014 did not complete the courses, as well as actions implemented by teachers and pedagogical staff to contribute to the permanence of students. The data were obtained through the National Information System of Vocational and Technological Education (Sistec), interviews with coordinators, teachers, pedagogical supervisors, municipal servers, and graduates, in addition to consulting 281 dismissal forms answered by non-completing students. The main reasons alleged for not completing the program were: "late payment of financial aid", "got a job", "no one to leave the children with", "poor or non-existent public transportation". The most cited actions aimed at permanence were: "review or teach basic contents", "make the classes more practical and closer to the students' experiences", "prioritize the formative dimension of the evaluations", "monitor the students' attendance and contact them in case of consecutive absences without justification". It is considered that the non-completion of the course can be avoided or mitigated through actions aimed at meeting the specificities of the students in the personal, institutional, and situational spheres.

Keywords: Professional Qualification; Youth and Adult Education; Dropout.

INTRODUÇÃO

Este texto resulta de pesquisa³ de doutorado norteada pelo intuito de apreender a maneira pela qual o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, E-mail: sangloria@live.com

² Universidade de São Paulo, E-mail: moraescs@usp.br

Emprego (Pronatec) na modalidade Formação Inicial e Continuada (FIC) se materializou no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) considerando-se as relações possíveis entre os cursos ofertados, os arranjos produtivos locais, os perfis dos alunos matriculados e o número de concluintes e de não concluintes no período de 2012 a 2014. Esse triênio foi escolhido por corresponder aos anos nos quais o IFSP ofertou cursos pelo Pronatec. Optou-se por restringir a pesquisa aos cinco *campi* onde houve maior número de matrículas em 2014, a saber, Avaré, Presidente Epitácio, Registro, São Paulo e Sertãozinho. No recorte feito para este artigo, evidenciam-se os motivos pelos quais 57% dos 7981 alunos matriculados nos cinco *campi* não concluíram os cursos, assim como as ações implementadas por docentes e equipe pedagógica visando contribuir para o êxito dos estudantes.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi instituído em 2011, por meio da Lei nº 12.513, e teve entre seus objetivos “ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional” (BRASIL, 2011a). Para alcançar os objetivos propostos, contou com a Bolsa-Formação que consistiu no financiamento, pela União, da oferta de cursos presenciais de Educação Profissional e Tecnológica e assistência estudantil consubstanciada na “[...] cobertura integral de despesas com a oferta educacional, o transporte e a alimentação oferecidos a beneficiários” (BRASIL, 2011b, p. 6).

Esse financiamento ocorreu em duas modalidades, quais sejam, Bolsa-Formação Estudante e Bolsa-Formação Trabalhador. A Bolsa-Formação Estudante era atribuída a estudantes de cursos técnicos concomitantes, com carga horária mínima de 800h, previstos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação (MEC), que estivessem cursando o Ensino Médio em escolas públicas. Por sua vez, a Bolsa-Formação Trabalhador, destinada a “trabalhadores de diferentes perfis e beneficiários dos programas federais de transferência de renda”, conforme consta do Guia Pronatec de Cursos FIC, atendia alunos de cursos de formação inicial e continuada, também denominados de qualificação profissional, com duração mínima de 160h (BRASIL, 2011b, p. 7).

³ O projeto que deu origem a esta pesquisa foi cadastrado na Plataforma Brasil, aprovado pelo comitê de ética e recebeu o número CAAE 67087317.4.0000.5390. A pesquisa contou com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 001.

A oferta de cursos Pronatec se realizou por meio de parcerias entre ministérios, instituições responsáveis por oferecer cursos de formação profissional e instituições encarregadas de identificar a demanda por cursos em âmbito municipal e mobilizar os beneficiários. A rede de parceiros ofertantes foi constituída por instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; Redes Estadual e distrital de Educação Profissional; Redes Municipais de Educação Profissional; Serviços Nacionais de Aprendizagem; universidades e fundações públicas; Instituições privadas de ensino superior e de Educação Profissional e Tecnológica.

O texto está organizado em três partes além desta introdução e dos procedimentos metodológicos. Inicialmente, expõem-se, em linhas gerais, sentidos atribuídos aos termos evasão e abandono escolar de acordo com a literatura consultada. Em seguida, analisam-se as causas de não conclusão de cursos Pronatec FIC nos campus lócus da pesquisa. Destacam-se também ações realizadas por docentes e equipe pedagógica visando assegurar a permanência e o êxito dos estudantes. Na sequência, apresentam-se as considerações finais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na pesquisa realizada utilizou-se o estudo de caso como estratégia de investigação privilegiando a triangulação de dados e o uso de várias fontes de evidência (YIN, 2005). O total de alunos matriculados bem como as taxas de conclusão e não conclusão, dados sobre sexo, idade, escolaridade e cor da pele foram levantados por meio do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec), de planilhas obtidas junto ao Ministério da Educação (MEC) e ao IFSP em 2017 e 2018.

Utilizaram-se dados qualitativos como documentos textuais (indicadores sociais e educacionais, legislações governamentais, publicações do IFSP) e fontes orais (entrevistas concedidas por 11 servidores municipais, 4 coordenadores gerais, 8 coordenadores adjuntos, 1 coordenador de curso, 3 diretores, 7 técnicos de apoio, 6 supervisores pedagógicos, 13 professores e questionários respondidos por 33 alunos egressos). Consultaram-se ainda 281 fichas de desligamento respondidas por alunos não concluintes.

A análise dos resultados se norteou por referencial teórico que busca evidenciar as contradições existentes no fenômeno estudado, a historicidade, as relações entre o geral e o particular (LEFEBVRE, 1983).

CAUSAS DE NÃO CONCLUSÃO EM CURSOS PRONATEC FIC: PERCEPÇÃO DAS EQUIPES PEDAGÓGICAS E JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS POR ALUNOS NÃO CONCLUINTES

Nos campus lócus da pesquisa, entre os alunos que não concluíram os cursos, houve aqueles cuja frequência inicial foi insuficiente: não compareceram, foram reprovados, evadiram-se, cancelaram a matrícula. Entende-se que restringir todas essas situações ao termo evasão pode ocultar aspectos que remetem às condições de vida desses alunos. Diante do exposto, apresentam-se algumas notas conceituais sobre evasão e abandono escolar com o intuito de justificar a opção, neste texto, pela utilização do termo *não concluinte* em vez de *evadido* para se referir à situação de 57% do total de alunos matriculados em cursos Pronatec FIC no IFSP.

A educação, direito assegurado pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, visa ao “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua *qualificação para o trabalho*” (grifo nosso). Um dos princípios norteadores desse direito, expresso no artigo 206, é a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. Em vista disso, considera-se que a evasão escolar compromete o exercício do direito à educação.

Um dos objetivos dos Institutos Federais, expresso no artigo 7º da Lei nº 11.892/2008, é “ministrar cursos de *formação inicial e continuada de trabalhadores*, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em *todos os níveis de escolaridade*, nas áreas da educação profissional e tecnológica” (BRASIL, 2008, grifo nosso). Nessa perspectiva, entende-se que o estudo da evasão, permanência e êxito em cursos de qualificação profissional destinados a jovens e adultos que não concluíram a Educação Básica é tão importante quanto aqueles realizados em cursos técnicos ou superiores.

No Brasil, face à multiplicidade de fatores envolvidos no fenômeno da evasão escolar, há controvérsias sobre a distinção entre evasão e abandono escolar. A ausência de consenso em relação a esses termos dificulta a comparação de

resultados e pode ocasionar definições antagônicas (SILVA FILHO; ARAÚJO, 2017). Essa imprecisão conceitual também foi assinalada por Dore e Luscher (2011) em um estudo sobre a permanência e evasão na Educação Profissional Técnica de Nível Médio no estado de Minas Gerais. Elas não abordam diretamente a ausência de distinção entre evasão e abandono, mas afirmam que:

A evasão escolar tem sido associada a situações tão diversas quanto a retenção e repetência do aluno na escola, a saída do aluno da instituição, a saída do aluno do sistema de ensino, a não conclusão de um determinado nível de ensino, o abandono da escola e posterior retorno (DORE; LUSCHER, 2011, p. 775).

Em 1996, o Ministério da Educação instituiu a Comissão Especial para o Estudo da Evasão nas Universidades com o objetivo de “esclarecer o conceito de evasão, analisar as taxas e as causas desse fenômeno e uniformizar uma metodologia a ser empregada pelas instituições”, visando propor soluções para o problema (BRASIL, 2014, p. 16). O *Documento orientador para a superação da evasão e retenção na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica*, elaborado pela Setec/MEC, apresenta o entendimento dessa comissão a respeito da evasão nos seguintes termos:

[...] a saída definitiva do aluno de seu curso de origem sem concluí-lo é considerada evasão de curso e a evasão de instituição é entendida como o desligamento da instituição na qual o estudante estava matriculado. É entendida como evasão do sistema quando o aluno abandona o ensino de modo geral (BRASIL, 2014, p. 16).

Enquanto a acepção do termo evasão ainda é tema de debate entre especialistas, existe consenso em torno da complexidade e da confluência de fatores que dão origem a esse acontecimento, os quais precisam ser identificados e analisados para que soluções possam ser encontradas. Segundo Brasil (2014), as causas de evasão são de três ordens: a) pessoal – se referem aos estudantes e às suas famílias, b) institucional – dizem respeito às instituições de ensino, ao corpo docente, à equipe pedagógica etc., c) conjuntural – envolvem fatores sociais, econômicos, culturais e políticos.

No caso dos cursos Pronatec FIC em questão, houve alunos que, de fato, evadiram-se, mas nem todos os que não concluíram os cursos podem ser classificados dessa forma. Por esse motivo, optou-se por utilizar a expressão não concluinte e conferir relevo aos motivos pelos quais esses alunos deixaram de

frequentar as aulas, seja imediatamente após a matrícula seja algum tempo depois de efetivá-la.

Esses sujeitos mencionaram diversos motivos que os levaram a não concluir o curso, entre os quais se destacam como mais recorrentes: “atraso no pagamento do auxílio financeiro”, “conseguiu emprego”, “não ter com quem deixar os filhos”, “transporte público precário ou inexistente”, “incompatibilidade de horário entre trabalho e estudos”, “familiar doente”, “dificuldade em acompanhar as aulas”.

Em todos os *campi* onde a pesquisa se realizou havia estudantes que faziam o trajeto até o local do curso a pé ou de bicicleta. Esse dado sinaliza a importância da oferta ocorrer em locais mais próximos da região onde os alunos residem ou trabalham. Geralmente, os alunos foram encaminhados pelo Centro de Referência de Assistência Social (Cras) situado perto do bairro onde eles moram, mas os cursos nem sempre eram ofertados em regiões próximas ao Cras. E só após serem encaminhados e efetivarem as matrículas é que descobriam o local onde o curso seria ofertado. Ao perceberem que não poderiam fazer o trajeto a pé, ou de bicicleta, e que não tinham recursos para pagar as passagens, eles deixavam de comparecer às aulas. Isso explica a situação de alguns alunos cuja frequência inicial foi insuficiente.

Se o público encaminhado pelos Postos de Atendimento ao Trabalhador (PAT) ou pelo Sistema Nacional de Empregos (Sine) – que havia se matriculado nos cursos para receber o Seguro-Desemprego – podia pagar as passagens com recursos próprios até a vinda do auxílio financeiro, o mesmo não ocorria com os trabalhadores encaminhados pelos Cras, os quais - por não exercerem ocupações formais – não recebiam o Seguro-Desemprego e dependiam exclusivamente do auxílio financeiro para frequentar as aulas. Esse público encontrava-se em situação mais vulnerável do que os beneficiários do Seguro-Desemprego. Dessa maneira, o atraso no repasse do auxílio financeiro impactou negativamente os estudantes que estavam desempregados há mais tempo e que não podiam receber Seguro-Desemprego, os que moravam em regiões distantes do local onde o curso foi ofertado, em bairros onde o transporte público é precário ou inexistente.

Para o público em situação de vulnerabilidade social, a frequência ao curso se torna mais uma despesa com a qual não consegue arcar. Esse público precisaria dispor de recursos para transporte, alimentação e materiais didáticos antes de o auxílio chegar, e, embora fosse posteriormente ressarcido, a sua permanência no

curso ficava comprometida. Nesse sentido, a Supervisora 2-Avaré afirma que o Pronatec falhou com o público prioritário do Programa:

As pessoas que ficaram, geralmente, tinham condições de vir, de aguardar a chegada do auxílio, de ter material próprio... [...] Talvez, o Programa falhou nesse ponto – a meu ver, né? [...] por conta dos atrasos, as pessoas que realmente precisavam não permaneciam. A gente tinha uma evasão alta (Supervisora 2-Avaré).

O segundo motivo mais apontado pelos sujeitos foi o de “conseguir um emprego”. Os alunos beneficiários do Seguro-Desemprego e vinculados ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) ingressaram nos cursos Pronatec FIC com a condição *sine qua non* de receberem esse benefício, mas indicaram como prioridade a inserção profissional no mercado, porque estavam desempregados e queriam sair dessa condição. Por esse motivo, deixavam de frequentar aulas nos dias em que participavam de entrevistas de emprego, testes práticos e demais etapas dos processos seletivos para admissão em empresas. Uma vez aprovados e convocados para trabalhar, deixavam o curso por haver coincidência de horários entre o estudo e o trabalho – isso ocorreu, majoritariamente, nos casos dos cursos ministrados no período diurno. Conforme o depoimento dos entrevistados, a frequência às aulas estava mantida enquanto estavam desempregados, mas quando fosse preciso escolher entre trabalhar ou estudar, não havia dúvidas de que eles priorizariam o trabalho, pois é dele que provinha o sustento familiar.

Tais justificativas reafirmam a centralidade do trabalho na vida desses alunos. Suas escolhas são feitas em função da necessidade de vender sua força de trabalho para garantir minimamente sua sobrevivência, essa é a condição imposta pelo modo de produção vigente. O trabalho tanto os impulsiona a ingressar nos cursos como os impede de continuar, pois se matriculam com a esperança de se formar e conseguir empregos regulamentados e melhor remunerados. No entanto, saem antes de obter o certificado porque conseguiram uma ocupação, na maioria das vezes, informal.

As recentes reformas trabalhista e da previdência – que retiram direitos e violentam a constituição – têm contribuído para agravar ainda mais a crescente precarização e intensificação do trabalho. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgada pelo jornal *Esquerda Diário* (PESQUISA, 2018), entre 2015 e 2017, houve redução de 2,3 milhões de postos de trabalho com carteira assinada e mais 1,2 milhões de trabalhadores passaram a exercer ocupações informais.

De acordo com os entrevistados, a necessidade de cuidar dos filhos ou de algum familiar doente levou as mulheres a deixarem de frequentar as aulas e a abrirem mão dos estudos. Essa justificativa foi apresentada tanto por mulheres casadas – cujo cônjuge é o principal responsável pelo sustento familiar – como pelas solteiras, divorciadas ou separadas que cuidam dos filhos sem apoio do pai. Algumas mulheres chegaram a usar o auxílio financeiro para pagar uma babá, geralmente, uma vizinha ou alguém da família, mas o atraso no repasse desse auxílio desestruturava essa estratégia adotada.

As justificativas para a não conclusão de cursos expostas por mulheres são diferentes das apresentadas pelos homens, exceto quando ambos não concluem o curso em decorrência de atrasos no pagamento do auxílio estudantil ou porque conseguiram emprego. A Egressa 6, ao explicar o motivo pelo qual não concluiu o curso, assim se expressa: “[...] eu trabalhava como diarista [...]. Me casei pouco depois de as aulas começarem. As tarefas aumentaram e ficou muito difícil, por isso acabei deixando o curso” (Egressa 6, Almojarife, Avaré, 36 anos).

Observa-se que os motivos apresentados pelas mulheres - cuidar da prole, realizar tarefas domésticas, acompanhar familiares doentes etc. - referem-se a atribuições destinadas ao público feminino. Isso indica que a divisão social e sexual do trabalho tem sido perpetuada tal como sinaliza a Professora 9 – Registro: “Quando uma pessoa fica doente, [...] é alguém da família que vai cuidar. Aqui tem muito isso. E, geralmente, é a mulher, é a neta, é a filha ou é a sobrinha...”

O trabalho de cuidado, realizado pelas mulheres no seio da própria família, além de não ser remunerado ainda é pouco valorizado socialmente. Segundo a pesquisa sobre o trabalho remunerado e não remunerado na América Latina e Caribe, realizada por Abramo e Valenzuela (2016), as trabalhadoras domésticas que exercem essa atividade profissionalmente nem sempre possuem direitos trabalhistas, proteção social e condições de trabalho apropriadas. Além disso, são submetidas à baixa remuneração.

Kergoat (2016), no colóquio internacional *Teorias e Práticas do Cuidado*, realizado em Paris, no ano de 2013, apresenta a seguinte definição de *cuidado*:

O cuidado não é apenas uma atitude de atenção, é um trabalho que abrange um conjunto de atividades materiais e de relações que consistem em oferecer uma resposta concreta às necessidades dos outros. Assim, podemos defini-lo como uma relação de serviço, apoio e assistência, remunerada ou não, que implica um sentido de

responsabilidade em relação à vida e ao bem-estar de outrem (KERGOAT, 2016, p. 18).

Nessa perspectiva, entende-se que o cuidado está essencialmente ligado à manutenção da vida, à formação do caráter – no caso da educação dos filhos, à recuperação e atenção à saúde – no caso de pessoas enfermas, idosas ou deficientes que dependem de acompanhamento constante. Ora, por que essa “relação de serviço, apoio e assistência” é vista como algo menor? Moraes (2013) salienta que:

Ao lado das relações de classe, as desigualdades de poder entre homens e mulheres modelam as relações de trabalho e o próprio trabalho, [...] a natureza dos postos de trabalho e a organização do trabalho estão estreitamente ligadas à natureza das relações de gênero existentes em determinadas sociedades (MORAES, 2013, p. 255-256).

Tendo-se em vista que na contemporaneidade a “desigualdade de poder entre homens e mulheres” ainda persiste, o trabalho doméstico e, mais especificamente o trabalho de cuidado, tendem a ser pouco valorizados porque são realizados por mulheres. E a busca pelo equilíbrio começa na luta pelo fim da discriminação de gênero, classe e raça (HIRATA, 2014; KERGOAT, 2016).

Nas fichas de desligamento dos cursos, verificou-se que cinco mulheres interromperam os estudos devido ao trabalho doméstico. Outra justificativa indicada nessas fichas foi a falta de apoio familiar, ou seja, para que a mulher que é mãe, esposa, cuidadora, trabalhadora possa estudar, ela precisa delegar algumas funções e nem sempre encontra na família o apoio necessário. De acordo com o IBGE (2019), o tempo médio dedicado pelas mulheres ao trabalho doméstico, incluindo-se o cuidado de pessoas, em 2018, foi 21,3h por semana ao passo que os homens dedicaram 10,9h no mesmo período. No que se refere ao tipo de cuidado realizado, 49,8% das pessoas cuidaram de crianças com idade entre zero e cinco anos, 49,7% cuidaram de crianças e adolescentes de seis a 14 anos e 8,8%, de idosos.

Outro aspecto que dificultou a permanência dos alunos foi a distância considerável entre a moradia deles e o lugar onde realizavam os cursos. De maneira geral, esses estudantes dependiam do transporte público e, às vezes, em cidades como São Paulo, por exemplo, eles precisavam pegar mais de uma condução para frequentar as aulas, conforme relata o Egresso 23:

Não consegui terminar porque não podia pagar as passagens. O curso era lá no Jabaquara e eu moro na Zona Oeste. Eu tinha que

Entre a matrícula e o certificado: motivos de não conclusão e ações voltadas à permanência de alunos em curso Pronatec FIC

pegar um ônibus, um trem, e aí fazer baldeação para outro trem. Então, eram dois trens e um ônibus. No final das contas eram seis conduções que eu tinha que pegar (Egresso 23, Programador Web, São Paulo, 24 anos).

Na época em que a pesquisa foi realizada, não existia metrô nas cidades do interior e, na capital, a rede de metrô e trens não atendia a todos os bairros. Em alguns municípios, como Presidente Epitácio, não havia ainda transporte público até o Instituto Federal e os alunos dependiam do fornecimento de ônibus escolar pelas Prefeituras.

AÇÕES ADOTADAS PARA PREVENIR A NÃO CONCLUSÃO DE CURSOS

Para efeito de análise, as ações adotadas pelos professores entrevistados, visando prevenir a não conclusão dos cursos Pronatec FIC por alunos trabalhadores, foram reunidas em dois grupos. O primeiro grupo e o mais representativo é constituído pelas ações didático-metodológicas que incluem mudanças tanto na metodologia das aulas, na maneira de expor o conteúdo, quanto nas atividades propostas e nos instrumentos de avaliação. No segundo, encontram-se as ações institucionais relativas ao Programa que dizem respeito às providências destinadas ao acolhimento dos alunos na instituição, ao aperfeiçoamento de processos tais como fluxo de pagamento, compra de materiais etc., e à adequação de currículos ao contexto dos alunos. Antes de apresentar essas ações, importa explicitar o processo de elaboração dos currículos de cursos Pronatec FIC e as intencionalidades dos sujeitos que os produziram sinalizadas em seus relatos.

De acordo com o *Manual de Gestão da Bolsa-Formação* (BRASIL, 2011b, p. 13), o único componente curricular previsto pelo MEC foi o módulo introdutório denominado “Orientação Profissional e Cidadania”. Com carga horária de 20h e destinado aos cursos FIC “oferecidos a públicos de elevada vulnerabilidade social”, esse módulo contemplou diversos temas visando atender “necessidades específicas dos beneficiários”, tais como serem auxiliados na escolha de quais cursos gostariam de realizar, e a “se inscreverem no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)” etc. Essas orientações, especialmente esta última, indicam o quanto distantes essas pessoas estão de exercerem plenamente sua cidadania.

Os demais componentes curriculares eram definidos por membros da equipe Pronatec em cada campus com base no *Guia Pronatec de Cursos FIC*, respeitando-

se o nome do curso, o eixo tecnológico ao qual se vinculava, a carga horária, a área de atuação profissional e a escolaridade mínima exigida constantes nesse documento (BRASIL, 2011b). Embora apenas os cursos previstos no *Guia* pudessem ser ofertados, não houve prescrição curricular por parte da Setec/MEC. Isso possibilitou aos professores adequar os cursos às necessidades do público atendido tanto por meio dos componentes curriculares desenvolvidos como, principalmente, de mudanças nas metodologias e avaliações.

Ressalta-se que não era permitido incluir componentes curriculares sem relação direta com o curso ofertado, estando previsto que os conteúdos não condizentes com os cursos seriam retirados, no processo de avaliação, pela Pró-Reitoria de Extensão do IFSP. Em vista disso, e diante das dificuldades dos alunos em acompanhar as aulas devido à escolarização precária ou ao número de anos sem estudar, alguns docentes optaram por incluir componentes de formação geral, tais como Matemática, Língua Portuguesa etc., ou abordar os conteúdos dessas disciplinas transversalmente em outros componentes curriculares.

Em Registro, reivindicações de agricultores vinculados ao Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) por formação específica induziram a oferta de cursos pelo Pronatec Campo e o planejamento curricular. A preocupação da equipe pedagógica em contemplar nos currículos as especificidades da região do Vale do Ribeira – área eminentemente agrícola – em prol dos alunos trabalhadores rurais exemplifica como a organização desse movimento popular foi capaz de interferir na oferta do Pronatec. O Servidor Municipal 5-Registro esclarece como se deu esse diálogo: “Convidamos as cooperativas, associações, comunidades tradicionais, quilombolas, conversamos com etnias indígenas... E, nós fomos construindo o que era a demanda deles. Foi uma construção conjunta”.

A Supervisora 2-Avaré e a Professora 9-Registro ressaltaram o contexto e os perfis dos alunos como critérios norteadores da elaboração dos currículos:

A gente se reunia com os professores do campus que tinham *expertise* na área [...] e montava um currículo pensando em algo integrado, dinâmico e contextualizado. Tentando buscar aí um contexto do dia a dia do aluno (Supervisora 2-Avaré).

Tinha turma que era muito mista [...] Eram alunos muito carentes, a maioria estava vindo por conta da renda que era oferecida... Então, a gente tinha que tentar levar em consideração tudo isso para formar o currículo (Professora 9-Registro).

O relato do Coordenador 1-Presidente Epitácio indica que quanto maior a situação de vulnerabilidade social na qual se encontravam os alunos, menores os níveis de conhecimentos gerais e noções de cidadania, de acesso a computadores e Internet. Essa condição vivenciada pelos alunos levou os professores que lecionavam nesses cursos a trabalharem diversos temas transversalmente:

Nos cursos do Pronatec Campo havia as matérias específicas, mas também havia o curso de Português, o curso de Matemática, né? Muitos não estudam Matemática há muito tempo, por isso não sabem quanto que eles ganham no leite, quanto que eles tiram na sua propriedade, quanto que eles estão ganhando na realidade, né? Além disso, eles não têm acesso a um computador, a um notebook, muitos não têm acesso sequer a uma simples planilha que iria auxiliá-los nesses cálculos para eles saberem quanto de renda realmente eles têm daquilo que produzem nos sítios. [...] Por isso, os professores das áreas específicas tentavam resgatar a importância de se escrever bem, de saber o que está se escrevendo e saber fazer contas novamente, as quatro operações básicas para que eles pudessem entender a importância de eles administrarem bem a sua propriedade (Coordenador 1-Presidente Epitácio).

Tendo-se em vista que esses profissionais induziram ajustes no Programa, por meio dos currículos, em função dos perfis e necessidades dos alunos, importa destacar as principais ações didático-metodológicas implementadas visando assegurar a permanência e o êxito dos alunos nos cursos: “rever ou ensinar conteúdos básicos”, “adequar as aulas ao perfil dos alunos”, “priorizar a dimensão formativa das avaliações”, “tornar as aulas mais práticas e próximas das vivências dos alunos”, “passar menos conteúdos e de forma gradativa”.

Dada a grande heterogeneidade do público atendido, houve professores que optaram por revisar e ensinar conteúdos básicos relacionados ao curso com o intuito de garantir o aprendizado dos alunos. Essa revisão ao mesmo tempo que possibilitou aos alunos com dificuldades acompanharem as aulas, consumiu parte da carga horária destinada às disciplinas do curso. A respeito desse assunto, o Professor 8-Registro assim se expressa:

O problema em relação a isso [rever conteúdos básicos] é que como o tempo realmente é contado direitinho, não tem como você colocar dez, quinze minutos a mais. Então, acaba que alguma coisa no final do processo acaba faltando. Mas ainda assim, é mais interessante eles entenderem 80% do processo do que você conseguir passar 100% do processo e eles não entenderem nada (Professor 8-Registro).

À medida que esses professores tiveram contato com os alunos, eles perceberam as necessidades desse público e mudaram o planejamento das aulas,

as metodologias, os exercícios etc., almejando o aprendizado e a permanência deles nos cursos. O Professor 2-Registro lecionou Matemática no curso Pedreiro de Alvenaria. Ele afirma que como a maioria dos alunos já exercia a profissão de pedreiro, eles calculavam intuitivamente a quantidade de materiais a ser utilizada e não realizavam operações matemáticas no papel. Durante as aulas teóricas, esses estudantes tiveram muitas dificuldades e pensavam em desistir do curso. Por isso, esse professor adaptou uma planilha do Excel para que os alunos realizassem os cálculos necessários.

Para que os alunos pudessem acompanhar melhor o curso, o Professor 7-Presidente Epitácio, explica que diminuiu o ritmo das aulas, pois eles escreviam lentamente e tinham dificuldade com cálculos básicos:

[...] eles escreviam de uma maneira muito lenta. O raciocínio na parte de cálculo era muito lento. Muitos não conheciam o básico do cálculo, o que era percentual... Então, chegou um momento que a gente não chegava na sala e perguntava quem sabia percentual, a gente chegava e falava: 'Oh, percentual funciona assim. A gente vai utilizar ele na aula de hoje dessa maneira'. (Professor 7-Presidente Epitácio).

Observando a semelhança entre o público da EJA e a maioria dos alunos matriculados em cursos Pronatec FIC, a Professora 4-Sertãozinho e o Professor 5-Avaré anteviram as dificuldades desses alunos, pois ambos já haviam lecionado para jovens e adultos com trajetórias escolares descontínuas:

[...] o planejamento foi previamente adaptado para esse público tanto em relação aos conteúdos quanto à disposição das disciplinas nas grades curriculares, ou seja, intercalar aulas práticas e teóricas bem dispostas para facilitar a compreensão dos alunos (Professora 4-Sertãozinho).

A Professora 4-Sertãozinho declara que essa estratégia foi desenvolvida com base em sua experiência profissional tanto em cursos de EJA como em cursos técnicos integrados Proeja. Já o Professor 5-Avaré considera que os anos de docência contribuíram para que ele percebesse que intercalar teoria e prática favorece tanto alunos jovens como adultos e idosos:

Devido à própria experiência, [...] eu sempre trabalhei dessa forma: teoria, prática, teoria, prática. Nesse aspecto, eu acho que é a melhor metodologia tanto para o pessoal de menor idade como para o pessoal de maior idade (Professor 5-Avaré).

Percebe-se pelo relato do Professor 1-Registro e da Coordenadora Adjunta 4-Sertãozinho que eles fizeram tentativas, testaram metodologias e

perceberam que articular aulas práticas e teóricas favoreceu a aprendizagem e contribuiu para a permanência dos alunos:

A primeira aula que planejei foi uma aula teórica. E aí eu vi que ficava pesado para os alunos entenderem. Então, ao longo do curso, fui mudando um pouco a metodologia para tornar a disciplina um pouco mais prática (Professor 1-Registro).

E aí a gente percebeu que funcionava muito bem mesclar [aulas teóricas e práticas] porque, às vezes, a gente fazia assim: 'Ah, vamos fazer primeiro uma batelada de aulas teóricas depois a gente entra com as práticas'. Mas não deu muito certo (Coordenadora Adjunta 4-Sertãozinho).

Os relatos do Professor 1-Registro e da Coordenadora Adjunta 4-Sertãozinho sinalizam que, até aquele momento, eles ainda não haviam lecionado para alunos com trajetórias escolares descontínuas e que, portanto, possuíam dificuldade de acompanhar aulas muito teóricas. Diante das limitações apresentadas por alunos com esse perfil, os professores repensaram a própria prática visando assegurar o êxito desses estudantes. Ao perceberem que a articulação entre teoria e prática era mais adequada, revisaram todo o planejamento. De acordo com esses entrevistados, depois que as mudanças foram implementadas, o aprendizado dos alunos melhorou, pois conseguiram perceber concretamente as formulações da teoria que estavam estudando.

As mudanças na metodologia das aulas levaram alguns docentes a questionar e a repensar a concepção de avaliação, ou seja, a diversificar os instrumentos de avaliação, a conferir relevo à aprendizagem e ao desenvolvimento do aluno:

A visão que a gente tinha, na época, era que nós tínhamos que buscar maneiras de eles terminarem o curso para poder ter acesso a um emprego. Não que a avaliação não fosse importante, mas ela só era um marcador para informar para a gente aqui do Instituto como aquele aluno estava [no curso] (Professor 7-Presidente Epitácio).

Na percepção dos docentes, mesmo que a avaliação fosse processual, formativa e sem a finalidade de reter o aluno, era importante realizar intervenções no processo-ensino aprendizagem de acordo com o resultado dessas avaliações e que o aluno também pudesse conhecer o desenvolvimento dele no curso. Da mesma maneira, no campus Avaré não havia avaliações com caráter eliminatório. Os alunos faziam diversas atividades e trabalhos ao longo do curso e a avaliação não se

restringia a esses instrumentos. A frequência, a participação durante as aulas e nos trabalhos em grupo compunham o conjunto de elementos a serem avaliados pelos docentes.

O acompanhamento da frequência dos alunos foi uma medida institucional prevista no Programa com o intuito de prevenir a não conclusão de cursos. No decorrer do processo de implementação, as equipes responsáveis pelo Pronatec FIC nos *campi* desenvolveram outras ações, entre as quais se destacam: “acompanhar a frequência dos alunos e entrar em contato rapidamente após detectar faltas consecutivas sem justificativa”, “otimizar processos administrativos e financeiros”, “ofertar cursos mais condizentes com os perfis dos alunos”, “acolher os alunos institucionalmente”.

Normalmente, o estudante era contatado por telefone e, quando dava indícios de que não permaneceria no curso, os membros da equipe tentavam ajudá-lo a resolver o problema que o impedia de frequentar as aulas. Por outro lado, se a situação não pudesse ser revertida, esse profissional preenchia a ficha de desligamento do curso e registrava o motivo pelo qual aquele estudante não o havia concluído.

Em Presidente Epitácio, nos cursos ofertados na zona rural, os alunos que estavam infrequentes eram contatados por colegas ou familiares. Essa estratégia foi desenvolvida porque nos assentamentos poucas pessoas tinham telefone. Então, a equipe aproveitou a interação entre os membros dessa comunidade para incentivar os alunos a permanecerem:

Havia muitos vizinhos, familiares... Então, havia muita interatividade entre eles. Sempre havia aquele que estava gostando e passava convidando os colegas: ‘Vamos, estou indo! Vamos novamente?’ Isso foi um fato importante que nos ajudou a resgatar bastante alunos (Coordenador 1-Presidente Epitácio).

Em alguns *campi*, os sujeitos responsáveis pela oferta de cursos Pronatec FIC procuraram agilizar procedimentos administrativos e acelerar o recebimento dos auxílios financeiros pelos alunos, visando assegurar-lhes a permanência. A Coordenadora Adjunta 4-Sertãozinho relata que “Conforme o Programa foi sendo otimizado, a gente conseguia liberar essas bolsas sem atraso, mais rápido. [...] E esses atrasos eram motivo de evasão [...]”.

No campus São Paulo, a equipe verificava se o curso era adequado ao perfil do aluno antes de ele efetuar a matrícula. Essa triagem era feita principalmente com

Entre a matrícula e o certificado: motivos de não conclusão e ações voltadas à permanência de alunos em curso Pronatec FIC

os alunos vinculados ao Ministério do Trabalho e Emprego que se matriculavam compulsoriamente para receber o Seguro-Desemprego. Devido a essa obrigatoriedade, as matrículas eram realizadas em turmas cujas vagas estavam disponíveis, em cursos que nem sempre eram os mais adequados aos alunos e, geralmente, ofertados em locais distantes de onde eles moravam. A Supervisora 6-São Paulo salienta ainda a importância de ofertar cursos em regiões próximas às residências dos alunos:

Eles já chegavam aqui dizendo: 'Olha, mas eu moro lá do outro lado e fui encaminhado para cá'. A gente já até orientava para que ele voltasse lá e tentasse um polo que fosse mais próximo da residência dele, porque a gente sabia que ele era um aluno muito propenso à evasão, né? (Supervisora 6-São Paulo).

O Coordenador Adjunto 3-Registro ressaltou a importância de orientar e sensibilizar os docentes a respeito dos perfis de alunos matriculados como medida preventiva à não conclusão de cursos, pois a maioria desses professores não havia lecionado para alunos com características semelhantes às do público prioritário do Pronatec FIC. "E a gente tentou fazer esse trabalho de orientação aos docentes, um trabalho de orientação pedagógica. O que não garante 100% a permanência, mas que ajuda".

O acolhimento institucional desses alunos também foi uma medida implementada pela equipe do campus São Paulo visando assegurar a permanência e o êxito nos cursos. Muitos desses estudantes após concluírem o curso Pronatec FIC ingressaram em cursos ofertados regularmente pelo IFSP:

A gente dava camisetas para eles com o nome do Instituto e do Pronatec, crachá, carteirinha da escola, o material... A gente percebia que isso dava um certo orgulho para eles. Então, a gente falava 'Agora, vocês são alunos do Instituto Federal e nós temos muito mais cursos que vocês podem vir fazer'. (Diretor de unidade-São Paulo).

Com o intuito de priorizar as necessidades do público atendido e criar condições para sua permanência no curso, alguns coordenadores e supervisores, após terem mais clareza a respeito das regras do Programa, fizeram adequações na distribuição da carga horária dos cursos, mudaram os dias e horários das aulas etc.

[...] o curso deles não era de segunda a sexta. A gente tentava fazer três vezes na semana, duas ou três horas... Se eram três horas, a gente recomendava um intervalo de 15 minutos... (Coordenador Adjunto 7-Sertãozinho).

Entre a matrícula e o certificado: motivos de não conclusão e ações voltadas à permanência de alunos em curso Pronatec FIC

A gente colocou alguns cursos aos sábados, no período da manhã, abrimos alguns cursos à noite... [...] Então, isso reduziu a evasão. (Supervisor 5-Avaré).

O acompanhamento pedagógico de alunos com mais dificuldades foi uma das ações implementadas pela equipe Pronatec no campus Avaré: “[...] a gente acompanhava as atividades... Era um contato frequente com esse aluno para ver como estava o desenvolvimento dele” (Supervisora 2-Avaré).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que as dificuldades para a não conclusão de cursos FIC Pronatec pelos estudantes são de ordem pessoal, institucional e conjuntural e atuam conjuntamente. Embora apenas o motivo predominante tenha sido apresentado pelos alunos como justificativa nas fichas de desligamento, os relatos de coordenadores, supervisores, professores e egressos indicam que esses motivos estavam correlacionados.

Como já foi destacado, as justificativas para a interrupção dos cursos variaram conforme o sexo dos alunos. Excetuando-se o motivo “conseguiu emprego” – que foi apresentado tanto por homens como por mulheres –, as justificativas relacionadas ao trabalho doméstico e ao trabalho de cuidado foram declaradas apenas por pessoas do sexo feminino. Isso sinaliza a perpetuação da divisão social e sexual do trabalho, apesar dos avanços ocorridos.

Algumas justificativas denotaram aspectos institucionais e conjunturais – ainda que em menor número se comparadas com as de ordem pessoal, como a “dificuldade em acompanhar as aulas” e/ou estar “sem recursos financeiros para pagar a condução”. Esta última indica uma das principais contradições do Programa: o atraso no repasse do auxílio financeiro destinado à alimentação e transporte dos estudantes, essencial para assegurar a permanência de alunos em situação de vulnerabilidade social.

Com base nos relatos dos entrevistados, identificaram-se situações que elevam a probabilidade de alunos vinculados ao Ministério do Trabalho e Emprego não concluírem cursos e que podem ser observadas no ato da matrícula, a saber: a) matrícula compulsória em cursos Pronatec FIC visando receber o Seguro-Desemprego; b) matrícula em curso fora da área de interesse ou de atuação

profissional do aluno; c) oferta de cursos em regiões distantes da residência do aluno; d) prioridade na obtenção imediata de emprego e não em realizar curso de qualificação profissional naquele momento.

A relação com o trabalho, pouco considerada pelo Programa, também dificultou a permanência dos estudantes. No caso dos desempregados, a frequência foi afetada pela oferta de cursos em horário diurno. A realização de entrevistas e processos seletivos durante o dia elevou o percentual de ausências às aulas. Além disso, como foi visto, ao serem admitidos pelas empresas para trabalhar no período diurno, eram compelidos a optar pelo trabalho em detrimento dos estudos. Se os cursos fossem ofertados à noite, é de se esperar que o índice de não conclusão motivado pelo trabalho diminuísse.

Por outro lado, importante enfatizar que, tal como foi explicitado, diversas ações realizadas pelas equipes responsáveis pela oferta de cursos Pronatec FIC no IFSP contribuíram para o enfrentamento das dificuldades apontadas e para a permanência e o êxito dos alunos nesses cursos. Cada entrevistado, no exercício de sua função, implementou mudanças visando assegurar a frequência dos alunos às aulas e o bom aproveitamento deles nos cursos. Obviamente que nem todas as causas, por extrapolarem o âmbito institucional, puderam ser revertidas ou evitadas apenas pelo empenho de professores e equipe pedagógica. No entanto, observou-se que a maioria das situações adversas ligadas ao escopo do Programa, à instituição ofertante, às instituições parceiras, ao corpo docente, ao apoio pedagógico e administrativo-financeiro, pôde ser evitada ou atenuada.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, L.; VALENZUELA, M. E.. Tempo de trabalho remunerado e não remunerado na América Latina: uma repartição desigual. *In*: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). *Gênero e trabalho na Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. Tradução Carol de Paula. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 113-123.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566968/CF88_EC105_livro.pdf Acesso em: 15 set. 2022.

BRASIL. *Lei nº 11.892/2008, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm Acesso em: 30 out. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011*. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); [...] Brasília, DF: Presidência da República, 2011a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm Acesso em: 05 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Manual de gestão da Bolsa-Formação*. Brasília, DF: 2011b. Disponível em: <https://pronatec.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/01/Manual-de-Opera%C3%A7%C3%B5es-Bolsa-Forma%C3%A7%C3%A3o.pdf> Acesso em: 18 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. Brasília, DF: 2014. Disponível em: https://avr.ifsp.edu.br/images/pdf/Comissoes_Outros/PermanenciaExito/Documento-Orientador-SETEC.pdf Acesso em: 30 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Pronatec: total de matrículas por iniciativa e rede ofertante*. 2016. Disponível em: <http://painel.mec.gov.br/> Acesso em: 12 set. 2016.

COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS SOBRE A EVASÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS –ANDIFES/ABRUEM/SESu/MEC. *Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas*. 1996. Disponível em: https://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf. Acesso em: 06 ago. 2018.

DORE, R.; LUSCHER, A. Z. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 144, set./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/jgRKBkHs5GrxxwkNdNNtTfM/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 03 ago. 2022.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*. [online]. 2014, vol.26, n.1, pp.61-73. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/05.pdf> Acesso em: 15 nov. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Mulheres dedicam quase o dobro do tempo dos homens em tarefas domésticas. *Agência IBGE de notícias*, Rio de Janeiro, 26 abr. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia->

denoticias/noticias/24267-mulheres-dedicam-quase-o-dobro-do-tempo-dos-homens-em-tarefas-domesticas. Acesso em: 30 out. 2022.

KERGOAT, D. O cuidado e as imbricações das relações sociais. *In*: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. *Gênero e trabalho na Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. Tradução Carol de Paula. São Paulo, Boitempo, 2016. p. 17-36.

LEFEBVRE, H. *Lógica formal. Lógica dialética*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

MORAES, C. S. V. Trajetórias de vida, trabalho e educação/formação profissional de trabalhadoras militantes sindicais brasileiras e francesas: uma perspectiva comparada. *In*: MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. (Org.) *Educação de trabalhadores por trabalhadores: educação de jovens e adultos e formação profissional*. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2013b. p. 193-262.

PESQUISA do IBGE revela um Brasil de crescente precarização do trabalho em nome do lucro. *Esquerda Diário*, 5 dez. 2018. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Pesquisa-do-IBGE-revela-um-Brasil-de-crescente-precarizacao-do-trabalho-em-nome-do-lucro>. Acesso em: 20 out. 2022.

SILVA FILHO, R. B.; ARAÚJO, R. M. de L. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências, *Educação Por Escrito*, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 36-48, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/download/24527/15729>. Acesso em: 07 ago. 2022.

YIN, R. K. *Pesquisa estudo de caso: desenho e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2001.